



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
REITORIA
PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA
DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES - CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO - DSC/DEL/DLC/PROAD

TERMO DE REFERÊNCIA (PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTINUADO)

TERMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PREGÃO Nº 23/2023

(Processo Administrativo n.º 23832.000300/2022-15)

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de concessão de uso de espaço público, a título oneroso, para a instalação de Cantina Móvel, com objetivo de fornecer lanches aos estudantes, servidores, colaboradores e ao contingente considerável de pessoas que trafegam nos Campi do IFS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	Descrição / Especificação	CATSER	Quantidade Área Física (m²)	Valor de Referência (R\$/m²)	Valor Total (R\$)
1	Concessão de uso de espaço público, a título oneroso, para a instalação de Cantina Móvel, através de veículo automotor ou rebocado por este e adaptado conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e homologadas pelos órgãos INMETRO e Denatran, com o comprimento máximo de 6,30m e a largura máxima de 2,20 m. (Campus Socorro).	19356	13,86	36,80	510,04
2	Concessão de uso de espaço público, a título oneroso, para a instalação de Cantina Móvel, através de veículo automotor ou rebocado por este e adaptado conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e homologadas pelos órgãos INMETRO e Denatran, com o comprimento máximo de 6,30m e a largura máxima de 2,20 m. (Campus Poço Redondo).	19356	13,86	36,80	510,04

Item	Descrição / Especificação	CATSER	Quantidade Área Física (m²)	Valor de Referência (R\$/m²)	Valor Total (R\$)
3	Concessão de uso de espaço público, a título oneroso, para a instalação de Cantina Móvel, através de veículo automotor ou rebocado por este e adaptado conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e homologadas pelos órgãos INMETRO e Denatran, com o comprimento máximo de 6,30m e a largura máxima de 2,20 m. (Campus Tobias Barreto).	19356	13,86	36,80	510,04

1.1.1. A CONTRATADA, a título de contraprestação pela utilização do espaço físico destinado à alocação e instalação de Cantina Móvel, pagará ao IFS, o valor do aluguel mensal correspondente à área destinada para a instalação da cantina móvel conforme valores na tabela acima.

1.1.2 Os itens na tabela acima não constituirão objeto de disputa.

1.1.3 A CONTRATADA, deverá ofertar uma cesta de cardápio mínimo diário, conforme itens descritos na tabela abaixo:

CESTA DE CARDÁPIO MÍNIMO DIÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	VALOR MÁXIMO DE REFERÊNCIA
1	Café coado pequeno	150 ml	1,67
2	Café coado médio	250 ml	2,30
3	Café com leite pequeno	150 ml	2,00
4	Água com gás	500 ml	2,71
5	Água sem gás	500 ml	1,93
6	Suco integral	250ml	4,50
7	Suco Natural	300ml	4,25
8	Iogurte natural e/ou de frutas e/ou bebida láctea de frasco	180g	5,43
9	Misto quente	Unid	4,92
10	Bauru	Unid	5,50
11	Sanduiche natural	Unid	6,50
12	Sanduiche integral de peito de peru	Unid	6,67
13	Sanduiche natural integral vegetariano	Unid	6,67
14	Pão de queijo	Unid	6,17
15	Quiche ou torta de legumes ou frango	Unid	6,50
16	Salada de frutas	250ml	4,83
17	Chips de maçã ou banana crocante ou batata - doce	50g	5,33
18	Biscoito sequinhos ou rosca de polvilho	100g	4,50
19	Bolo integral ou bolo simples	Fatia	5,58
20	Chocolate amargo ou com no mínimo 40% de cacau (com no mínimo 40% de cacau)	80g	4,33

21	Pastel. Massa assada com recheio de frango ou legumes ou peito de peru com requeijão ou massa assada integral com recheio de frango ou legumes ou peito de peru com requeijão	Unid	5,08
VALOR TOTAL DA CESTA DE CARDÁPIO MÍNIMO DIÁRIO, PARA FINS DE APLICAÇÃO DO MAIOR DESCONTO			97,37

1.1.4. A disputa se dará conforme itens abaixo onde o critério de julgamento será maior desconto em cima do valor da cesta mínima do cardápio.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR DE REFERENCIA DA CESTA DE CARDAPIO MINIMO DIARIO PARA FINS DE APLIAÇÃO DO MAIOR DESCONTO
1	Concessão de uso de espaço público, a título oneroso, para a instalação de Cantina Móvel, através de veículo automotor ou rebocado por este e adaptado conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e homologadas pelos órgãos INMETRO e Denatran, com o comprimento máximo de 6,30m e a largura máxima de 2,20 m. (Campus Socorro).	19356	UNID	1	R\$ 97,37
2	Concessão de uso de espaço público, a título oneroso, para a instalação de Cantina Móvel, através de veículo automotor ou rebocado por este e adaptado conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e homologadas pelos órgãos INMETRO e Denatran, com o comprimento máximo de 6,30m e a largura máxima de 2,20 m. (Campus Poço Redondo).	19356	UNID	1	R\$ 97,37

3	Concessão de uso de espaço público, a título oneroso, para a instalação de Cantina Móvel, através de veículo automotor ou rebocado por este e adaptado conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e homologadas pelos órgãos INMETRO e Denatran, com o comprimento máximo de 6,30m e a largura máxima de 2,20 m. (Campus Tobias Barreto).	19356	UNID	1	R\$ 97,37

1.2 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de concessão de uso de espaço público.

1.3 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela do item 1.1.

1.4 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.5 O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços de cantina atinentes a esta concessão, enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4 A contratação será efetuada através de licitação, na modalidade pregão eletrônico, com maior desconto por item, atendendo ao disposto nas leis nº 10.520/2002 e 8.666/93, decreto nº 10.024/19 e demais legislações pertinentes.

4.5 A metodologia de disputa apta a classificar os participantes será o valor da cesta de cardápio mínimo diário detalhada na tabela do item 1.1., do qual restará como melhor classificado, o licitante

que oferecer o maior desconto para a cesta de cardápio mínimo diário.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2 No caso de exercício de atividade no setor de alimentos: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do § 3º, do art. 41 da Lei nº9.782/99, em até 30 dias após o início das atividades.

5.1.2.1 o prazo acima poderá ser prorrogado, justificadamente, mediante solicitação e aprovação por parte da CONTRATANTE.

5.1.2.2 A empresa deverá apresentar declaração em que assuma o compromisso sob as penas da lei, que não utilizará, na execução do contrato, pessoal que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerce cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do Instituto Federal de Sergipe, conforme modelo no Anexo IV-A do Edital.

5.1.3 A duração inicial do contrato é de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

5.2 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato, conforme modelo no Anexo III do Edital.

5.3 (SUPRESSÃO)

6 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1 Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

7 VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:30h às 11:30h e das 13:0h às 16:30, devendo o agendamento ser efetuado exclusivamente, através de e-mail ao respectivo campus:

7.1.1. Campus Socorro (Avenida Professora Jânia Reis, 94, Conjunto Marcos Freire II, Nossa Senhora do Socorro-SE): Email - gen.socorro@ifs.edu.br

7.1.2. Campus Tobias Barreto (Av. Osvaldo Carvalho Prado, S/N, Tobias Barreto, SE): Email - gen.tbarreto@ifs.edu.br

7.1.3. Campus Poço Redondo (Rodovia SE 206, S/N. CNPJ:10.728.444/0012-54, Poço Redondo - SE) Email - eduardo.carpejani@ifs.edu.br

7.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.2.2. A vistoria deverá ser agendada com até 24hs de antecedência.

7.2.3. As empresas deverão apresentar, na etapa de habilitação, o atestado de vistoria emitido e assinado pelo servidor responsável.

7.3 (SUPRESSÃO)

7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5 A licitante deverá declarar, alternativamente, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, **conforme estabelecido no item 5.2 deste TR.**

8 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 (SUPRESSÃO)

8.2 A instalação da cantina móvel, bem como a execução dos serviços, deverá ser iniciada em até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do Termo de Contrato.

8.2.1 O horário efetivo de prestação de serviços da cantina será determinado pelo campus respectivo e comunicado à contratada por intermédio da fiscalização.

8.2.2 Os serviços deverão ser executados nos seguintes endereços:

8.2.2.1. Campus Socorro - Avenida Professora Jânia Reis, 94, Conjunto Marcos Freire II, Nossa Senhora do Socorro-SE.

8.2.2.2. Campus Tobias Barreto - Av. Osvaldo Carvalho Prado, S/N, Tobias Barreto, SE.

8.2.2.3. Campus Poço Redondo - Rodovia SE 206, S/N. CNPJ:10.728.444/0012-54, Poço Redondo - SE

9 MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1 A cantina móvel deve apresentar no mínimo: balcão de trabalho, balcão de atendimento, pia em inox, balcão refrigerado, sanduicheira, cafeteira e/ou máquina de café expresso, estufa para os alimentos, microondas, coletor de detritos, utensílios para o consumo de alimentos (pratos e talheres, disponíveis em embalagens individuais descartáveis de papel ou plástico), descartáveis auxiliares ao consumo de alimentos (copos, guardanapos, canudos, paliteiros), dentre outros itens que julgarem necessários para o pleno funcionamento do serviço.

10 INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1 A cantina móvel deverá ser instalada através de veículo automotor ou rebocado, adaptado conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e homologadas pelos órgãos INMETRO e Denatran, com o comprimento máximo de 6,30m e a largura máxima de 2,20m, totalizando uma área de 13,86m².

10.1.1.1 A cantina deverá dispor de uma janela frontal para atendimento ao público e no mínimo quatro mesas com cadeiras e um toldo externo com abertura mínima de 2 metros.

10.1.1.2 A cantina deverá apresentar no mínimo: balcão de trabalho, balcão de atendimento, pia em inox, balcão refrigerado, sanduicheira, cafeteira e/ou máquina de café expresso, estufa para os

alimentos, micro-ondas, coletor de detritos, utensílios para o consumo de alimentos (pratos e talheres, disponíveis em embalagens individuais descartáveis de papel ou plástico), descartáveis auxiliares ao consumo de alimentos (copos, guardanapos, canudos, paliteiros), dentre outros itens que julgarem necessários para o pleno funcionamento do serviço.

10.1.1.3 Os custos com a alocação e instalação da cantina móvel, incluindo-se insumos que se fizerem necessários à prestação do serviço serão de responsabilidade da CONTRATADA.

10.1.1.4 Os custos com manutenção e instalação de equipamentos e mobiliários, manutenção de instalações (ex: caixas de gordura, cisternas, gás) e sistemas (ex: água, esgoto, elétrico, frigorígeno, aquecimento, climatização, exaustão, etc...), bem como da estrutura física da cantina móvel serão de responsabilidade da CONTRATADA.

10.1.1.5 Esta manutenção deve ser feita conforme necessidade/validade, a qual deve ser avaliada por meio de monitoramento e pode ser exigida pela fiscalização do contrato.

10.1.1.6 Os custos com energia elétrica e consumo de água estão discriminados nos itens 18.2 e 18.3 deste TR.

10.1.2 O uso do espaço físico se dará na forma de concessão, atrelada ao pagamento de aluguel, no valor mensal de R\$ 510,04 (quinhentos e dez reais e quatro centavos) correspondente à área destinada para a cantina.

10.1.2.1 Havendo situações que paralise as atividades nos Campi do IFS, integralmente (greve, por exemplo), será cobrado 50% do valor do aluguel do referido mês ou, no caso se situação que paralise parcialmente as atividades nos Campi será cobrado 75% do aluguel devido.

10.1.3 A CONTRATADA deverá fornecer, no mínimo, os itens constantes na cesta de cardápio mínimo diário (item 1.1.3), respeitando o valor máximo estimado para cada item após o desconto.

10.1.3.1 A metodologia de disputa apta a classificar os participantes será o maior desconto para a cesta de cardápio mínimo diário.

10.1.3.2 Fica proibida a venda ou exposição, por parte da CONTRATADA, de bebidas alcoólicas, medicamentos, cigarros ou similares de tabaco, no âmbito da Instituição, sob pena de rescisão contratual.

10.1.3.3 Em atendimento ao disposto da Lei Estadual/SE nº 8178-A DE 21/12/2016, fica vedada a comercialização de produtos que colaborem para a obesidade infantil em cantinas e similares, instalados em escolas públicas e privadas situadas em todo o Estado de Sergipe, durante o período matutino e vespertino, compreendido o horário entre 09:00 e 17:30, quando há maior circulação de estudantes da educação básica nos campi do IFS.

10.1.3.4 Deverá colocar à disposição do usuário, sem cobrança adicional: açúcar, adoçante, maionese e ketchup, guardanapo, embalagens descartáveis para lanche, copo e colher respeitando os critérios de sustentabilidade;

10.1.3.5 Para as bebidas quentes deve ser disponibilizado copo retornável ou térmico descartável, a fim de manter a temperatura e proteger os consumidores de possíveis queimaduras;

10.1.3.6 Os copos disponibilizados aos comensais devem ser retornáveis ou descartáveis biodegradáveis, caracterís6ca essa que pode ser empregada para o restante dos materiais descartáveis, se possível for;

10.1.3.7 Caso algum dos itens constantes na cesta de cardápio mínimo diário tenha baixa aceitação, seu fornecimento poderá ser suspenso ou substituído, mediante justificativa da concessionária e anuência do Fiscal do Contrato, desde que não gere alteração do objeto;

10.1.4 Os serviços deverão ser prestados com todos os recursos materiais e recursos humanos necessários para garantir excelência de qualidade na apresentação dos alimentos e no atendimento ao público;

10.1.4.1 Entendem-se como recursos materiais que devem ser disponibilizados pela CONTRATADA os pratos, talheres, copos, travessas, mesas, cadeiras e demais elementos para completo atendimento da demanda;

10.1.4.2 Entendem-se como recursos humanos a equipe para elaboração e atendimento do público;

10.1.5 A CONTRATADA é responsável pela organização do layout e decoração para tornar o ambiente funcional, agradável e aconchegante e a organização do espaço deverá ser aprovada pela fiscalização.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.12 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no

trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo

as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23. **(SUPRESSÃO)**

13 DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na

licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato

15 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. (SUPRESSÃO)

15.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16 (SUPRESSÃO)

17 (SUPRESSÃO)

18 DO PAGAMENTO

18.1. Da cobrança de aluguel:

18.1.1 A CONTRATADA, a título de contraprestação pela utilização do espaço físico destinado à alocação e instalação de Cantina Móvel, pagará ao IFS, o valor do aluguel mensal correspondente à área destinada para a alocação da cantina móvel, estipulado através de pesquisa de preços, valor que deverá ser recolhido, por meio de Guia de Recolhimento da União que será emitida pela instituição, em nome da CONTRATANTE:

18.1.1.1 Campus Socorro - R\$ 510,04 (quinhentos e dez reais e quatro centavos)

18.1.1.2 Campus Tobias Barreto - R\$ 510,04 (quinhentos e dez reais e quatro centavos)

18.1.1.3 Campus Poço Redondo - R\$ 510,04 (quinhentos e dez reais e quatro centavos)

18.1.2 Havendo situações que paralise as atividades nos Campi do IFS, integralmente (greve, por exemplo), será cobrado 50% do valor do aluguel do referido mês ou, no caso de situação que paralise parcialmente as atividades no Campus Socorro será cobrado 75% do aluguel devido.

18.1.3 Caso a CONTRATANTE venha a sofrer penalizações pela fiscalização do contrato, será acrescido ao aluguel do mês em que se verificou o registro, o valor da sanção relativo a ocorrência em que a CONTRATANTE incorreu.

18.2 Da cobrança de energia elétrica:

18.2.1 Para o cálculo do valor relativo à energia elétrica, se não houver medidor individual, será utilizado como métrica o valor do KW/h e o tempo estimado de utilização dos eletrodomésticos mínimos necessários ao desempenho das atividades de cantina, sendo: 1 micro-ondas, 1 freezer, 1 cafeteira e 1 sanduicheira. Como parâmetro para o cálculo, aplicou-se o valor de tarifa “fora de ponta”, tendo como referência as últimas faturas emitidas, fixada em, aproximadamente, R\$ 328,00 (trezentos e vinte e oito reais).

18.2.1.1 O pagamento será mensal por meio de Guia de Recolhimento da União, emitida pela instituição, em nome da CONTRATANTE, de acordo com o valor estipulado.

18.2.1.2 Detalhes do cálculo referente à energia, que deverá ser pago pela CONTRATANTE aos Campi do IFS:

	APARELHO	POTÊNCIA (W)	HORAS\Dia (h)	TOTAL DE DIAS POR MÊS	KW\H
1	Micro Ondas	1300	2,5	22	71,5
2	Freezer	300	10	30	90
3	Cafeteira	600	2,5	22	33
4	Sanduicheira	750	2,5	22	41,25
TOTAL					235,75

	POTÊNCIA	TARIFA	VALOR A PAGAR
CONSUMO KW\W (PONTA)	78,58333333	2,99314	235,2109183
CONSUMO KW\W	235,75	0,39396	92,87607
TOTAL			328,0869883

18.3 Da cobrança de consumo de água:

18.3.1 A título de consumo de água, a Concessionária deverá ressarcir ao IFS o valor mensal de R\$ 96,70 (noventa e seis e setenta centavos), por meio de Guia de Recolhimento da União, emitida pela instituição, em nome da CONTRATANTE, valor este estimado/avaliado referente à tarifa mínima fixa de consumo mensal 2022 da Companhia de Desenvolvimento de Sergipe (Deso), para categoria comercial.

18.4 Do vencimento da GRU:

18.4.1 O valor referente ao aluguel, consumo de energia elétrica e água deverão ser pagos pela CONTRATADA à CONTRATANTE até o quinto dia do mês subsequente ao vencido, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

18.4.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6 / 100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

19 DO REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice IGP – M (Índice Geral de Preços do Mercado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20 GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, o que afastaria um grande número de licitantes, reduzindo assim a competitividade.

21 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa de:**

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por

cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05

2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1.tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2.tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3.demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.3.1. (SUPRESSÃO)

22.3.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação **de comprovação da experiência mínima de 1 ano no ramo de atividade pertinente ao objeto.**

22.3.2.1 (SUPRESSÃO)

22.3.2.2. (SUPRESSÃO)

22.3.2.3. (SUPRESSÃO)

22.3.2.4. (SUPRESSÃO)

22.3.2.5. (SUPRESSÃO)

22.3.3. (SUPRESSÃO)

22.3.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

22.3.4.1. O atestado de vistoria (Anexo I-B) poderá ser substituído por declaração (Anexo III do edital) emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

ITEM (SERVIÇO)	DESCRIÇÃO ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO DE REFERENCIA DA CESTA DE CARDAPIO MINIMO DIARIO
1	Concessão de uso de espaço público, a título oneroso, para a instalação de Cantina Móvel, através de veículo automotor ou rebocado por este e adaptado conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e homologadas pelos órgãos INMETRO e Denatran, com o comprimento máximo de 6,30m e a largura máxima de 2,20 m. (Campus Socorro).	19356	UNID	1	R\$ 97,37

2	Concessão de uso de espaço público, a título oneroso, para a instalação de Cantina Móvel, através de veículo automotor ou rebocado por este e adaptado conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e homologadas pelos órgãos INMETRO e Denatran, com o comprimento máximo de 6,30m e a largura máxima de 2,20 m. (Campus Poço Redondo).	19356	UNID	1	R\$ 97,37
---	---	-------	------	---	-----------

3	Concessão de uso de espaço público, a título oneroso, para a instalação de Cantina Móvel, através de veículo automotor ou rebocado por este e adaptado conforme as normas da Associação Brasileira de	19356	UNID	1	R\$ 97,37
	Normas Técnicas (ABNT) e homologadas pelos órgãos INMETRO e Denatran, com o comprimento máximo de 6,30m e a largura máxima de 2,20 m. (Campus Tobias Barreto).				

22.4.1 (SUPRESSÃO)

22.4.2 (SUPRESSÃO)

22.5. O critério de julgamento da proposta é o maior desconto por item.

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1. O valor máximo aceitável para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será de R\$ 97,37 (noventa e sete reais e trinta e sete centavos).

24 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

24.1. O objeto desta Licitação compreende recurso de “receita” advinda de contraprestação a título de aluguel, e consumo de energia elétrica e água em vista de concessão de uso de espaço público para instalação de empresa especializada em serviços de cantina nos campi do IFS.

Anexos:

I-A - Estudos Preliminares

I-B - Modelo de Termo de Vistoria



Documento assinado eletronicamente por **MARY LOURDES SANTOS, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 11/07/2023, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0278579** e o código CRC **7463ED50**.